



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 8261

**Presidente da Mesa Diretora:** Athos Mameluke Mota

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Retirados de pauta, rejeitados, prejudicados, sobrestados

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 05/10/2010

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 103/2010. (RETIRADO). Dispõe sobre a proibição de recebimento, transbordo, armazenamento e destinação final, no município de Montes Claros, de lixo de qualquer natureza, oriundo de outros municípios, e dá outras providências.

**Controle Interno – Caixa:** 27.6

**Posição:** 17

**Número de folhas:** 07

---

Especie: PL  
Categoria: Pendente  
Ex: 27.6  
Ordem: 17  
nº fls: 05



# Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 103/2010

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Dispõe sobre a Proibição de Recebimento, Transbordo, Armazenamento e  
Destinação Final, no Município de Montes Claros, de Lixo de Qualquer Natureza,  
Oriundo de Município, e dá Outras Providências.

Entrada em 05/10/2010 MOVIMENTO  
Comissão de Legislação e Justiça e Vias e Meio Ambiente

- 1 - RETIRO DO DE TRAMITAÇÃO
- 2 - Em. 09. 11. 2010.
- 3 - \_\_\_\_\_
- 4 - \_\_\_\_\_
- 5 - \_\_\_\_\_
- 6 - \_\_\_\_\_
- 7 - \_\_\_\_\_
- 8 - \_\_\_\_\_
- 9 - \_\_\_\_\_
- 10 - \_\_\_\_\_



# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

PROJETO LEI Nº. **103**  
DE 21 DE SETEMBRO DE 2010.

**DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE RECEBIMENTO, TRANSBORDO, ARMAZENAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL, NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS, DE LIXO DE QUALQUER NATUREZA, ORIUNDO DE OUTROS MUNICÍPIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Art. 1º** - Fica proibido o recebimento, transbordo, armazenamento e/ou a destinação final, em aterros públicos ou particulares, bem como a incineração, no território do Município de Montes Claros, de lixo de qualquer natureza, seja domiciliar, industrial, hospitalar, agrícola, etc, proveniente de outros Municípios.

**Parágrafo único** - Fica excluída da proibição prevista neste artigo o lixo proveniente de Municípios integrantes da área abrangida pela AMAMS – Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE, na forma estabelecida em regulamento a ser estabelecido por Decreto do Poder Executivo Municipal.

**Art. 2º** - Compete ao Executivo Municipal, na forma que for estabelecida em regulamento por decreto, o planejamento, a execução e a fiscalização das ações que garantam o atendimento à população e a qualidade dos serviços de coleta do lixo hospitalar nas unidades de saúde municipal, executados de forma direta ou indireta.

**Art. 3º** - Para os efeitos desta lei, consideram-se lixo, hospitalar, especial e de demais categorias, os resíduos, inclusive sólidos, produtos, materiais, equipamentos, objetos, etc, observada a classificação adotada pelos órgãos competentes e a legislação federal, estadual e municipal específica.

**Art. 4º** - O lixo hospitalar será apresentado à coleta em local determinado e/ou em recipientes apropriados e padronizados, acondicionados e identificados conforme a classificação legal, observado o disposto em regulamento próprio.

**Art. 5º** - A infração ao disposto nesta Lei ensejará aos estabelecimentos e/ou pessoas infratores a aplicação de multa de até 200 (duzentas) UPFM (Unidade Padrão Fiscal do Município), e até o dobro em caso de reincidência, na forma que for estabelecida em regulamento, por Decreto Municipal.

**Art. 6º** - A coleta de lixo hospitalar poderá ser feita diretamente pela Administração Municipal ou por empresas especializadas, legalmente contratadas, observadas as normas legais específicas.

**Parágrafo único** – O custo da coleta será repassado aos diversos estabelecimentos produtores e será rateado entre estes, proporcionalmente ao

C



# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

*Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002*

volume médio de lixo produzido por cada um, acrescido de 20% (vinte por cento) de seu valor a título de taxa de administração.

**Art. 7º** - No âmbito da Administração Municipal, a competência para planejamento, execução, fiscalização, aplicação de penalidades e demais medidas pertinentes será estabelecida por Decreto do Executivo Municipal.

**Art. 8º** - Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios com órgãos e entidades públicos federais, estaduais e municipais, bem como a constituição de consórcios intermunicipais, objetivando a realização de estudos, planejamento, execução, fiscalização, tratamento e destinação de lixo de qualquer natureza, podendo o Município e/ou consórcio intermunicipal que vier a ser constituído, contratar empresas especializadas para os fins previstos neste artigo.

**Parágrafo único** – As despesas decorrentes das medidas previstas no *caput* deste artigo correrão à conta de verbas constantes do orçamento municipal, autorizada a suplementação, se necessária.

Montes Claros, 21 de setembro de 2010.

  
**Luiz Tadeu Leite**  
**Prefeito Municipal**



CÂMARA MUNICIPAL DE MOCIMOS CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 05 OUTUBRO DE 2010  
[Assinatura]  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MOCIMOS CLAROS  
A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE  
EM 05 OUTUBRO DE 2010  
[Assinatura]  
PRESIDENTE



# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

Montes Claros (MG), 21 de setembro de 2010.

Exmo. Sr.

Vereador Athos Mameluque Mota

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP- 305/2010

Assunto: encaminhamento de projeto de lei.

Senhor Presidente.

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que **“DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE RECEBIMENTO, TRANSBORDO, ARMAZENAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL, NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS, DE LIXO DE QUALQUER NATUREZA, ORIUNDO DE OUTROS MUNICÍPIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**.

O incluso projeto de lei tem por finalidade proibir o recebimento e/ou a destinação final, no Município de Montes Claros, de lixo de qualquer natureza, proveniente de outros Municípios, objetivando assegurar aos Municípios um meio ambiente saudável, como assegura é assegurado pela Constituição da República.

É sabido que principalmente o lixo hospitalar e o industrial possuem características peculiares e são naturalmente perigosos, merecendo, portanto, rigor quanto à sua coleta e tratamento, não podendo a população do Município ser penalizada com as consequências de lixo produzido em outras regiões.

Em recente pesquisa feita por especialistas em aterro industrial e impacto ambiental, foi apurado que os resíduos de processos industriais, classificados como classe II, principalmente os lodos de estações de tratamento de esgoto, são muito sensíveis e podem alterar suas características e concentrações com certa facilidade, passando a ser classificados como classe I, ou seja, altamente perigosos.

Assim como o lixo industrial, o lixo hospitalar, pelas múltiplas possibilidades que o mesmo apresenta de transmitir doenças e produzir graves consequências, deve merecer especial atenção dos governos, inclusive quanto à sua destinação final e incineração.

Por certo, a egrégia Câmara de Vereadores, por seus ínclitos integrantes, também se preocupa com os legítimos interesses dos Municípios, permanecendo parceira do Executivo na busca das necessárias soluções.

Solicitamos que o Projeto de Lei ora encaminhado seja submetido ao REGIME DE URGÊNCIA, nos termos do art. 53 da LOM.

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
23/09/2010	
HOR. 10:22	
ASS: 	

C



# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

*Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002*

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

*Luiz Tadeu Leite*  
*Prefeito Municipal*



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 103/2010 QUE “Dispõe sobre a proibição de recebimento, transbordo, armazenamento e destinação final, no Município de Montes Claros, de lixo de qualquer natureza, oriundo de município, e dá outras providências, de autoria do Executivo.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


O projeto sob comento tem por fim proibir de recebimento, transbordo, armazenamento e destinação final, no Município de Montes Claros, de lixo de qualquer natureza, oriundo de município

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto, tendo em vista que trata de assuntos de interesse local, bem como, por se tratar de matéria relativas a políticas públicas municipais.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 07 de outubro de 2010.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo